

# Emendas que cortam

O ESTADO DE S. PAULO — 5

## gastos são aceitas

**BRASÍLIA** — As emendas que retiram do texto da futura Carta os artigos que implicam aumento das despesas do governo receberão parecer favorável dos relatores da Constituinte. A informação foi dada ontem pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), para quem a tendência é essa “não por ser um desejo do governo, mas porque trata-se de interesse nacional e muitas das emendas aprovadas em primeiro turno, principalmente nas Disposições Transitórias, tornam a administração pública inviável e provocam um grande rombo nos cofres públicos”.

Fogaça, um dos relatores-adjuntos da Constituinte, destacou que entre as emendas acolhidas estão as que pretendem suprimir a anistia fiscal para quem deve imposto de renda e o perdão da correção monetária para micro e peque-

nos empresários e produtores rurais. Também foram aceitas várias propostas para alterar o limite máximo dos juros, fixado no primeiro turno de votações em 12% ao ano. A que o senador gaúcho considera mais viável é a do deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), segundo a qual na parte permanente da Constituição ficaria apenas o princípio do tabelamento, enquanto nas Disposições Transitórias seria incluído um artigo fixando em 12% o limite dos juros até que fosse aprovada a legislação ordinária sobre o assunto.

O senador destacou que há 12 emendas propondo simplesmente a supressão de todo o parágrafo que estabelece o tabelamento dos juros, mas que a proposta de Macarini está recebendo maior apoio da liderança do PMDB “por ser mais maleável”.

As emendas que pretendem retirar do texto os dois turnos na eleição para presidente da República receberam parecer contrário, informou Fogaça. Das 1.100 emendas já apreciadas, duas merecem atenção especial, segundo o senador: as que suprimem a moção de censura e a “resolução de discórdância” a ministros de Estado. De acordo com o relator-adjunto, “essas duas medidas nunca seriam colocadas em prática”. Fogaça disse ainda que a emenda restabelecendo a vitalidade dos membros do Tribunal de Contas da União teve parecer favorável. “O relator Bernardo Cabral entendeu que tornando vitalício o cargo garantia a moralidade e independência do Tribunal”, afirmou o senador. Amanhã termina o prazo para Cabral apresentar seu parecer sobre as últimas emendas.